

## Ó HOMEM: UM SEM-TETO ECOLÓGICO

Dr. José N. Heck\*

### INTRODUÇÃO

O homem ocupa um lugar peculiar entre os seres vivos, o que justifica dois extremos: o pessimismo e o otimismo em relação à espécie. A avaliação pessimista do ser humano leva em conta o fato de sermos animais naturalmente despreparados, seja porque nos falta um aparato apropriado de pulsões, seja porque não dispomos de um adequado meio ambiente com o qual pudéssemos viver em harmonia biológica. Comparados aos outros animais, viemos atrasados, nossa compleição natural deixa a desejar, somos seres sem-teto ecológicos; sem ajuda não teríamos sobrevivido mais do que algumas horas; vale dizer, se não houvesse o outro extremo, se alguém não tivesse sido otimista em relação a nós a ponto de nos acolher e cuidar de nossa fragilidade, nenhum de nós continuaria vivo, e a espécie humana há tempo teria acabado.

O fato de continuarmos de braços com a vida justifica o otimismo em relação àquilo que somos por natureza. Por mais desprivilegiados que possamos ser em força, instinto e aptidões naturais, nós ostentamos características como entendimento, razão, fantasia, curiosidade, tino para aprender e faro para fazer descobertas; em suma, temos a capacidade de compensar nossas carências naturais, zerar os déficits de nossa estrutura física e dar a volta por cima do nosso desamparo inicial.

### FERRAMENTAS E CONHECIMENTO

O sucesso do ser humano ancora sobre dois elementos: ferramentas e conhecimento. O homem é um ser que constrói ferramentas, não por que gosta, mas porque delas depende; mexe com instrumentos por necessidade. E, uma vez que a fabricação e o uso de instrumentos é técnica, o homem pratica técnica por razões biológicas. O que chamamos de técnica é, assim, um ingrediente essencial para os humanos, um dado inalienável de sua estrutura física. Portanto, para poder competir como vivente no reino da natureza, o ser humano deve ousar sair dele e moldar uma cultura de ferramentas que, solta das amarras naturais, desenvolve sua própria dinâmica evolutiva.

Os homens aprimoram continuamente suas ferramentas, sua relação tecnológica com a natureza encontra-se em constante mobilidade; mais ainda, a história do relacionamento humano com a natureza é um processo continuado e irreversível de progresso técnico. Já há muito tempo os humanos violaram a linha divisória que separa a antiga caixa de ferramentas do acervo técnico que otimiza a qualidade de vida e alça o homem sobre os demais mamíferos superiores. Pela técnica o homem emancipa-se paulatinamente da natureza, deixa para trás a vida nua e crua e se arrisca para frente, à revelia do destino.

O progresso técnico neutraliza o fatalismo e incrementa o poder de decisão dos humanos. Quem reage às crises da civilização técnico-científica e vê na técnica a obra do demônio, não leva em consideração o fantástico empuxo de emancipação que o desenvolvimento tecnológico exerce sobre a espécie, menospreza a relação que há entre poder manusear ferramentas e ter dignidade, em suma, não quer entender que a dignidade

---

\* Professor Titular (UFG/CNPq).

humana tem a ver com a destronização do destino, que com o saudosismo da rudeza primitiva inicia a regressão cultural, que a liberdade e a dignidade do ser humano remontam exatamente àquilo que a cultura e a técnica têm de não-natural, de adquirido, fruto da aprendizagem e do trabalho.

O ininterrupto incremento da qualidade de vida por meio do desenvolvimento técnico explica-se não apenas pelo fato de o homem ser alguém que faz e usa ferramentas, mas porque é um animal que se apodera do conhecimento. Não é de agora que os homens adquirem saber, não é apenas em nosso tempo que vivemos numa sociedade do conhecimento. A sociedade humana foi, desde sempre, uma sociedade de conhecimento. Também o saber do homem tem uma história, do mesmo modo como as suas ferramentas têm história; ambas as histórias têm muito a ver uma com a outra, encontram intimamente entrelaçadas e pertencem ao mesmo destino.

Uma etapa decisiva dessa dupla história – do saber humano e dos instrumentos do homem – foi o aparecimento das modernas ciências naturais, acopladas à matemática, o que possibilitou ao homem, de um modo como nunca ocorrera antes, colocar a natureza a serviço de seus fins, objetivos e propósitos. A técnica deu um salto impressionante de qualidade, as descobertas tecnológicas se avolumaram e, com a industrialização, a partir do século XIX, as ciências naturais e a técnica passaram a constituir fatores integrantes da vida cotidiana dos homens, que a maioria das pessoas não está disposta a renunciar.

O mundo moderno que habitamos, amparados pela ciência e envolto pela cultura técnica, não é um acaso; trata-se do resultado de um desenvolvimento consequente das condições básicas do ser humano, fruto dos esforços dos homens ao longo dos séculos para compensar as carências naturais, sair da posição de desprivilegiado, de excluído e sem-teto ecológico, e manter-se vivo à revelia de todas as precariedades de sua natureza.

A vida num mundo inventado, criado e mantido por seres humanos é o destino natural de nossa espécie.

### **ÉTICOS E PROFETAS**

Há hoje não poucos que acreditam que esta história não vai acabar bem, que nossa civilização técnico-científica encontra-se numa crise que caminha inexoravelmente para a catástrofe mais cruel. No horizonte da modernidade surgem os cavaleiros do apocalipse e profecias horripilantes de Cassandra podem ser ouvidas por toda parte.

Antigamente eram homens de Deus que fustigavam a consciência dos terráqueos e lhes anunciavam a verdade amarga de dias vindouros, quando a ira do Senhor envolveria com enxofre a raça dos humanos; nos dias que correm são os homens da ciência e os agentes do mercado, programadores bem intencionados e calculistas de plantão que antecipam para o futuro próximo uma longa noite da humanidade.

Previsões catastróficas não passam de utopias tingidas de breu; são filosofias de velório da história. O profeta que anuncia o outro mundo e o profeta que anuncia o fim do mundo são primos, pertencem ambos ao clã dos divagadores. Tempos de crise são também sempre a hora dos profetas que, invariavelmente, fustigam a falsa consciência dominante e pregam as benesses da conversão. Essa é também a hora dos charlatães e dos éticos. Atualmente, todos clamam pelos últimos. O ético é o contra-regra burguês do profeta. Onde este, o profeta, prega a salvação do mundo e a consumação da história e ou anuncia a derradeira catástrofe e pinta cenários vazios de vida, de animais e de gente, aquele – o ético – formula princípios e regras destinados a orientar condutas, guiar grandes e pequenos ao

sol e na chuva; em suma, todos se entendem destinados para assegurar a convivência dos indivíduos e das nações.

O clamor ético fica particularmente alto e ensurdecedor quando o repertório moral e ético tradicional se revela confuso, sem força persuasiva e insiste em ser repetitivo. Tal é sempre o caso, quando problemas práticos começam a se acotovelar uns sobre outros e dos quais muitos dizem que são problemas de extrema gravidade moral e a maioria acha que não mais são solúveis com a rotina moral, com os bê-á-bás da ética do cotidiano e com o bom senso das pessoas de bem. Problemas desse tipo, que atropelam o bom senso e induzem o surgimento do filósofo ético, surgem no momento em que, por um lado, no universo da técnica se descortinam novos horizontes e são abertas possibilidades até então inimagináveis de ação, de intervenção e de planejamento humano, para além das fronteiras normais da moral e dos bons costumes; e, por outro lado, comportamentos consolidados e condutas moralmente inquestionáveis têm, de repente, direta ou indiretamente efeitos altamente negativos sobre os padrões de vida de grande parte da população.

Atualmente nos encontramos em uma dessas situações, aparentemente de todo radicais. Os efeitos negativos do uso industrial, econômico e comercial dos recursos naturais, com base nas modernas técnicas de apropriação e conversão tecnológicas, atingiram a tal ponto dimensões assustadoras que de todos os lados se reivindica uma ética ecológica, apta a articular as relações humanas com os padrões da natureza.. Aparentemente, trata-se de uma situação na qual temos, acima de qualquer suspeita, um consenso em torno do valor segundo o qual a natureza intacta, indelével e intocável constitui a melhor aliada do futuro da espécie humana. Em outras palavras, a situação em tela rejeita, mais ou menos peremptoriamente, quaisquer soluções menos drásticas, voltadas à contenção, à melhoria do planejamento macro-econômico e à subsequente racionalização dos efeitos negativos da industrialização, do comércio e dos costumes caseiros, porquanto em todas essas esferas os agentes operam de forma inadequada, rústica e irresponsável em relação ao futuro das espécies, não excluído o gênero humano em sua totalidade.

Não apenas o tratamento social conferido à natureza *externa* converte-se, atualmente, em um agudo problema moral; também o poder crescente dos humanos, via aprimoramento técnico, sobre a natureza *interna* do homem desafia de maneira sempre mais instigante os padrões éticos. Os progressos no âmbito da medicina preventiva, da tecnologia genética e da reprodução humana abriram portas inimagináveis, até alguns anos, à intervenção do homem. Ao invés de um sentimento de satisfação e plenitude, tal ampliação do raio de ação do agir humano trouxe uma sensação generalizada de mal-estar, decepção e agressividade no início e ao final da vida dos indivíduos.

Antigamente não era o homem que estava postado no início e no fim da vida, mas, sim, a natureza; agora, em contraposição, as ocorrências naturais dão lugar à conduta dos humanos, estejamos sozinhos ou reunidos. Seja como for, quaisquer decisões dos terráqueos precisam ser minuciosamente justificadas e não mais, como outrora, os eventos naturais ser avaliados à luz do *know-how* da espécie. Em termos atualizados: o apelo ético dá a volta ao mundo em cada fórum social, ou seja, o desamparo e o ceticismo frente à natureza cativaram a civilização humana na virada do milênio como a lírica fascinara os físicos na aurora do século XX. Em suma, não mais vale honrar a autodisciplina do saber onde a lógica já não mais presta para o futuro.

A manipulação genética constitui uma ameaça irritante à autocompreensão que herdamos de nossos antepassados, totalmente avessa, despreparada e hostil à idéia frívola de compormos geneticamente os nossos herdeiros com uma calculadora na mão.

Convicções firmemente enraizadas em nosso consciente e inconsciente acerca da indisponibilidade técnica dos primórdios da vida humana entram em rota de colisão com as técnicas reprodutivas da medicina com vistas à compensação dos déficits naturais da reprodução humana e, de maneira sempre mais acentuada, entram em choque com o uso de embriões naturalmente supérfluos ou artificialmente produzidos para fins de pesquisa, com vistas a um domínio científico maior e mais acurado da origem do homem. E, no final da vida, ameaçado de ser desapropriado da morte natural por meio de um montão de máquinas, o homem sucumbe a uma morte ruim, essa que ainda resiste à técnica, o que implica envenenar retrospectivamente a vida, igual ao fiasco que, feito na última cena, deturpa a qualidade e o virtuosismo de uma boa encenação.

Portanto, não é por acaso que a biologia e a medicina encontram-se cercadas pela filosofia moral e, parecidas a um forte militar no velho oeste, encontram-se sitiadas por legiões de éticos e moralistas, cada um com um caderninho diferente na mão e um termo mais recente na ponta da língua, da ética dos gens à bioética, passando pela ética reprodutora e pela ética do diagnóstico pré-natal, não esquecidas as éticas da ginecologia, da transplantação e da morte com consciência crítica e bom humor, sem falar das respectivas éticas profissionais.

Seja como for, nos tempos que correm a ética está com a bola toda. Poucos se preocupam se o agito ético pode satisfazer à repentina demanda e dará conta dos problemas que envolvem a vida humana entre nascimento e morte. A sociedade está, feito um viciado, atrás de ética, auto-ajuda, instrução moral e réstias de bons costumes. Não há notícia de épocas em que a moral tenha sido um objeto de permuta tão nobre quanto nos dias atuais. A rainha Vitória deve virar-se envergonhada no túmulo, ao ver apresentadoras calejadas nos bons costumes e turbinados animadores de *talkshows* lamentarem a ausência de ética na concorrência, a falta de respeito dos traficantes, a perda generalizada da moral, da alcova à vida pública. Nunca foi possível ganhar tanto dinheiro fácil falando de moral, ética, bons costumes, justiça e felicidade. Mesmo nas agências de propaganda da economia capitalista, a ética tem entrada franca. Montadoras e revendedores de automóveis nos asseguram solenemente que moral e ética são a alma de seu negócio. Houve tempos quando a necessidade, a penúria e o sofrimento ensinavam a rezar ou a fazer a revolução; hoje a esperança dos desvalidos está num governo, num empresariado, num futuro ético, como se, da noite para o dia, contra todas as suas seculares mazelas, a humanidade tivesse à disposição um único genérico, barato, eficaz e indolor.

Os únicos profissionais que resistem a embarcar na euforia moralizadora são aqueles que operam nas fronteiras da saúde e da doença, nos limites daquilo que faz viver e morrer, no risco invisível que separa o conhecimento da ignorância.

Por mais enervante que o moralismo fácil possa ser, os fenômenos descritos não são mera expressão de uma sociedade mediática saturada de estímulos, reforços e placebos para estar de bem com a vida. Além do superficial e do ridículo, na atual conjuntura moral e ética pode ser detectado um núcleo reflexivo e crítico que retoma, em confronto com a civilização técnico-científica contemporânea, algumas das posições controvertidas que estão na raiz daquilo que chamamos de modernidade; em suma: a posição negativa e a posição afirmativa perante os tempos modernos da cultura ocidental, época que trouxe o surto mais prodigioso das ciências naturais, com suas descobertas e invenções, seus artefatos e instrumentos, suas máquinas e engenhocas.

A crítica à modernidade com base na tese negativa é uma crítica voltada para o passado, que rejeita o modo de ser e pensar dos modernos e pleiteia em favor da

reabilitação dos tempos pré-modernos. Esta crítica não leva a lugar algum e, muito menos, a alguma solução, pois sua diagnose já está corroída pelo medo, fatalismo e imobilismo. A moderna crítica de nosso tempo, embasada sobre teses afirmativas, dá continuidade à tradição moderna, procede de pontos de vista imanentes à modernidade para efetivas renovações, radicaliza posições e objetiva soluções autodisciplinadoras, ou seja, dá continuidade ao modo racional de agir dos humanos.

#### PROBLEMAS FILOSÓFICO-DA ÉTICA ECOLÓGICA

Tudo teve início com a ética do meio ambiente. A relação do homem com a natureza foi o ponto sobre o qual incidiu, primeiramente, o ônus moral das consequências que a civilização técnico-científica exerceu sobre nossas condições de vida. A concepção negativa da ética ecológica moderna pretende erguer uma armação conceitual com os recursos da tradição, acoplados à ética pré-moderna. Para o ponto de vista afirmativo, ao contrário, a ética ecológica satisfaz aos *standards* da moderna reflexão ética.

Para o pensamento ético moderno são características as éticas da prudência e da razão. Ambas concebem, propõem e desenvolvem coordenadas morais para a conduta humana. Dependendo do modelo racional que assume, a normatividade moderna se apresenta ou como generalização do egoísmo ou como universalismo prático não-seletivo. Comum a ambos os tipos éticos é o campo de aplicação: os limites do pensamento normativo moderno coincidem com os domínios da intersubjetividade humana. A ética moderna é antropocêntrica. Ela tem por objeto relações humanas, vale dizer, a natureza fica do lado de fora; a ética pré-moderna é, em contrapartida, não-antropocêntrica. O raio de ação de sua validade vai além da sociedade humana; nela o universo humano é tomado como segmento da ordem geral do cosmo – seja este visto como criado ou incriado – cuja regularidade e constância obedecem a padrões éticos, estabelecendo uma vinculação normativa entre todas as coisas naturais, não excluindo as relações dos homens entre si e as relações de cada homem ou de todos os homens com a natureza em sua abrangência última e maior de ser e dever-ser.

Há por certo tentativas de rompimento do antropocentrismo no âmbito do pensamento ético moderno, isto é, não faltam esforços afirmativos de elaboração de uma ética não-antropocêntrica no cerne das reflexões normativas da modernidade. Tais tentativas não implicam uma volta à tradição pré-moderna e também não requeiram as concepções normativas abrangentes da natureza e do ser, mas limitam-se a) a estender os conceitos dominantes da ética moderna à humanidade como a um estado natural do homem e b) a revestir a natureza em geral e os objetos naturais em particular com direitos, de modo a homogeneizar normativa e eticamente, sob um único teto, a natureza externa e natureza interna do homem.

Tal versão não-antropológica moderna de ética tem em comum com a posição pré-moderna a intenção de anular a exterioridade do homem em relação à natureza, reverter a separação do mundo humano do universo natural e estabelecer uma base uniforme de realidade para as ciências normativas. Mas, à revelia dessa similaridade parcial no método de proceder, ambas as versões são guiadas por estratégias diversas; quer dizer, a alternativa negativa ante a modernidade quer reavivar a linguagem do direito natural pré-moderno e insuflar novas energias na ontologia tradicional, de modo a restaurar o mundo anterior ao pecado original dos tempos modernos, ao passo que a alternativa positiva frente à

modernidade mantém de pé a moderna concepção moral, e busca trazer com ela a natureza para dentro da reflexão ética, integrando ambas no moderno discurso filosófico-moral.

Este quadro macro-analítico pode ser detalhado em quatro tipos ou modelos de ética ecológica.

- A) A *ética ecológica da natureza* defende a tese de que é imprescindível re-etizar a condição natural do homem, retornar à noção pré-moderna de natureza e dar nova chance à concepção abrangente do cosmo como modelo ético. O traço filosófico-moral distintivo dessa posição é a convicção de que não cabe ao homem engendrar a ordem moral – como é convicção corrente na modernidade – mas, sim, a uma instância anterior ao homem, ordenada moralmente pela natureza e na qual o próprio homem deve voltar a ser enquadrado.
- B) A *ética ecológica do direito* propõe deslocar, com a ajuda do direito moderno, o ser humano do centro da natureza que ocupa. A idéia-chave dessa posição é a seguinte: como o senhorio exercido por parte de um homem sobre seu semelhante somente é moralmente defensável sob o pressuposto da igualdade humana e em atenção aos critérios usuais da organização democrática da sociedade, assim o domínio exercido por homens sobre a natureza tão-só seria justificável caso estivesse apoiado sobre um fundamento jurídico; quer dizer, se o livre-arbítrio dos homens pudesse ser limitado, em seu raio de ação sobre a natureza, com base de direitos próprios à natureza.
- C) A *ética ecológica da razão* mantém a posição antropocêntrica e envereda por um caminho diametralmente oposto ao traçado pela ética ecológica do direito. Na medida em que esta última cobre os domínios da natureza com definições, designativos e conceitos normativos típicos da linguagem jurídica moderna – relativizando assim a posição normativa de destaque ocupada pelo homem – a ética ecológica da razão continua a honrar a primazia normativa do homem e, em vez de procurar envolver a natureza com a terminologia jurídica das relações humanas, busca integrar no discurso moral antropocêntrico a relação que os homens possuem com a natureza. A estratégia dessa posição não consiste em qualificar juridicamente a natureza, armando-a com direitos a serem reivindicados por ela junto aos humanos, mas se resume em munir o ser humano de mais um direito, ou seja, somar aos consagrados direitos de liberdade o direito ao usufruto de uma natureza intacta, a ser cobrado dos semelhantes. Em suma, agressões contra o meio ambiente não constituem transgressões de um suposto direito da natureza, mas perfazem transgressões de um direito humano fundamental.
- D) A *ética da ponderação inteligente* consiste numa administração inteligente dos interesses com base num cálculo imparcial de custos e benefícios. Continuar a destruir a natureza contraria os interesses fundamentais dos homens. Trata-se, pois, de articular relações de produção e relações sociais que sejam menos predadoras, reduzam a destruição da natureza e, com isso, também os custos atuais e futuros com a preservação da natureza. Como uma ética da prudência opera diretamente em cima dos interesses evidentes dos homens, ela mantém uma estreita relação com a práxis. A realização de interesses humanos depende de condições que podem ser eliminadas pela realização dos interesses humanos, de modo que se cria uma tensão de interesses com vistas à manutenção da possibilidade futura de poder realizar interesses. A linguagem popular designa tal constelação conflituosa com a expressão de que, nesse caso, “corta-se o galho sobre o qual se está sentado”. A formulação identifica tanto o economista ecológico, que faz contas, quanto o ativista ecológico que dá um recado ético sem fundamentá-lo, uma vez que o dito popular é compreensível à revelia de quaisquer

comentários. Usamos essa maneira de falar, quando queremos chamar a atenção de alguém para o fato de que não é inteligente continuar a fazer o que se fez até agora, pois não é provável que alguém aprecie cair das árvores. Portanto, para atender ao interesse de não cair da árvore é preciso revidar a práxis atual.

#### CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O ético *prudente* irá sugerir a proibição de usar motosserra, dada eventualidade que a queda de uma árvore venha machucar as pessoas. O ético *racional*, em contrapartida, argumentará que cortar os galhos das árvores fere o direito da respectiva geração, bem como o direito das próximas gerações de usufruírem a bel-prazer de florestas virgens. O representante de uma *declaration of rights* em favor da preservação da natureza fará valer o argumento de que se trata de não ferir o direito das árvores e, finalmente, o defensor *ético* da natureza irá arguir que cortar o galho de uma árvore não faz jus ao valor que é próprio da natureza, além de passar por cima de determinações ético-naturais imanentes a cada árvore.

Caso o advogado estiver convencido de que a ética da natureza tem amparo teológico, ele provavelmente enriquecerá o debate com argumentos criacionistas, segundo os quais o galho da árvore, assim como a árvore inteira, faz parte da criação do Senhor, a qual merece ser honrada e à qual os humanos devem respeito, o que implica por sua vez que não podemos fazer a bel-prazer com as árvores o que nos passa simplesmente pela cabeça. E se, ademais, o ético teológico tiver imaginação civilista e for recorrer às categorias do direito privado, interpretando o feito da criação em termos de posse e propriedade, ele estará em condições de nos chamar a atenção para o fato de que neste mundo nos é dado apenas uma morada provisória, quer dizer, ocupamos a terra como um jardim não feito por nós e que, em nenhum momento, foi adquirido por um dos nossos, portanto, que nenhum objeto desse jardim nos pertence e só poderá ser usado por nós em concordância com expressa vontade do Senhor.

## BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- AZEVEDO, Marco Antônio Oliveira de. *Bioética fundamental*. Porto Alegre: Editorial, 2002.
- BRACHIFONTAINE, Christian de Paul de & PESSINI, Leo (Org.). *Bioética: alguns desafios*. São Paulo: Loyola, 2003.
- BEAUCHAMP, Tom L. & CHILDRESS, James F. *Principles of Biomedical Ethics*. 5<sup>th</sup> ed. New York: Oxford University Press, 2001.
- BUCHANAN, David, R. *An Ethic for Health Promotion*. Rethinking the Sources of human Well-Being. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CARAPINEIRO, Guilherme A. Globalização do risco social. In: SANTOS, Bento (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- CLOTET, Joaquim. *Bioética*. Uma aproximação. Porto Alegre; Edipucrs, 2003.
- COSTA & DINIZ. *Bioética Ensaio*. Brasília: Letras Livres, 2003.
- DALL'AGNOLL, Darlei. *Bioética: princípios morais e aplicações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- \_\_\_\_\_. A falácia naturalista. In: FRANGIOTTI & DUTRA (Org.). *Argumentos filosóficos*. Florianópolis: Edufsc, 2001.
- DINIZ, Débora. *Conflitos morais e bioética*. Brasília: Letras Livres, 2001.
- \_\_\_\_\_. Cultura surda: entre a genética e a diversidade cultural. In: \_\_\_\_ (Org.). *Admirável nova genética: bioética e sociedade*. Brasília: Ed. da UnB, 2005, p. 97-114.
- DWORKIN, Ronald. *Life's Dominion: An Argument about Abortion, Euthanasia, and individual Freedom*. New York: Vintage Books, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sovereign Virtue: the Theory and Practice of Equality*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- ENGELHARDT, Jr. Hugo Tr. *The Foundations of Bioethics*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *The foundations of Christian bioethics*. Lisse, Netherlands: Swets & Zeitlinger, 2000.
- \_\_\_\_\_. Pluralismo moral e metafísico. Repensar a santidade da vida e da dignidade humanas. In: GARRAFA, Volnei & PESSINI, Leo (Org.). *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 435-447.
- FARIA NUNES, Paulo Henrique. *Meio Ambiente & Mineração*. O desenvolvimento sustentável. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
- FELIPE, Sônia T. *Por uma questão de princípios*. Alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Boiteux, 2003.
- FREITAS, Carlos M. Avaliação de riscos dos transgênicos orientada pelo princípio da precaução. In: VALLE, Sílvio & TELLES, José Luiz (Org.). *Bioética – Biorrisco: Abordagem transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, p. 113-142.
- FREITAS, Marcílio de. *Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GARRAFA, Volnei & PORTO, Dora. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: GARRAFA, Volnei & PESSINI, Leo (Org.). *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 35-44.
- GEYER, Christian (Hrsg.). *Biopolitik*. Die Positionen. Frankfurt a/Main: Suhrkamp, 2005..
- GIACIOIA Jr., Oswaldo. Um direito próprio da natureza? Notas sobre ética, direito e tecnologia. In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 4, 2004, p. 637-654.
- GROSSI, Miriam & PORTO, Rozeli & TAMANINI, Marlene (Org.). *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: questões e desafios*. Brasília: Letras Livres, 2003.
- HARE, Richard, M. *Essays on Bioethics*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. Abortion and the Golden Rule. In: *Philosophy and Public Affairs*, 4, 201-222.
- \_\_\_\_\_. Zum moralischen Status potentieller Personen. Replik auf Schöne-Seifert. In:

- JONAS, Hans. *The Phenomenon of Life: Toward a Philosophical Biology*. Illinois: Northwestern University Press, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Die Zukunft der menschlichen Natur. Auf dem Weg zu einer liberalen Eugenik?* Frankfurt a/Main: Suhrkamp, 2001.
- HOBBS, Thomas. *The elements of law natural & politic*. Ed. by F. Tönnies. Third impression. London: Frank Cass & Co. LTD, 1984.
- \_\_\_\_\_. *De cive* I, 1,2. The latin version entitled in the first edition "Elementorum philosophiae section tertia de cive" and in later editions "Elementa philosophica de Cive. A critical edition by H. Warrender. Oxford : Clarendon Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Leviathan*. Ed. by R. Tuck. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- HÖFFE, Otfried. Rechtspflichten vor Tugendpflichten. Das Prinzip der Menschenwürde im Zeitalter der Biomedizin. In: GEYER, Christian. *Biopolitik*. Die Positionen. Frankfurt a/Main: Suhrkamp, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Medizin ohne Ethik?* Frankfurt a/Main: Suhrkamp, 2004.
- JUNGES, José R. *Bioética*. Perspectivas e desafios. 2. reimpressão. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- KATZ, Jay. *Experimentation with Human Beings*. New York: Russel Sage Foundation, 1972.
- KERSTING, Wolfgang. Eugenia liberal? *Liberdade & liberalismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- KRIEGER, Maria das Graça et al. (Org.). *Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meio ambiente*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Procuradoria Geral da República, 1998.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Saber Ambiental*. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Trad. do espanhol por Lúcia M. E. Orth; Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINS, Paulo H. *Contra a desumanização da medicina*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MERKEL, Reinhard. Direitos fundamentais para a mórula? Fundamentos normativos do diagnóstico de pré-implantação e da pesquisa de células-tronco de embriões. In: SOUZA, Draiton G. & ERDTMANN, Bernardo (Org.). *Ética e Genética II*. Porto Alegre: Edipucrs. 2003, p. 45-112 (bilíngüe: alemão/português).
- MOORE, George E. *Principia ethica*. Cambridge: Cambridge University Press 1993.
- NEVES, Patrão. Contexto cultural e consentimento. In: GARRAFA, Volnei & PESSINI, Leo (Org.). *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 487-498.
- OLIVEIRA, Marcos A. *A idéia de uma ciência da virtude na metafísica kantiana dos costumes*. Campinas, 2005 (texto inédito/tese Unicamp).
- OLIVEIRA, Fátima. *Bioética: uma face da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PELLEGRINO, Edmund D. & THOMASMA, David C. *The Virtues in Medical Practice*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2003.
- PELLIZZOLI, Marcelo L. *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PESSINI, Léo. *Bioética: um grito por dignidade de viver*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- \_\_\_\_\_. Questões éticas-chave no debate hodierno sobre distanásia. In: GARRAFA, Volnei & PESSINI, Leo (Org.). *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 389-408.
- POTTER, Van Rensselaer. Bioethics, the Science of Survival. *Perspectives in Biology and Medicine* 14, p. 127-153, 1970.
- \_\_\_\_\_. Biocybernetics and Survival. *Zygon* 5, 1970, p. 229-246.
- \_\_\_\_\_. *Bioethics: Bridge to the Future*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1971.
- \_\_\_\_\_. Two Kinds of Bioethics. In: *Perspectives in Biology and Medicine* 30 (12), 1987, p. 157-169.
- \_\_\_\_\_. *Global Bioethics*. East Lansing: Michigan State University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. Global Bioethics: converting sustainable development to global survival. In: *Medicine and Global Survival* 2 (3), 1995, p. 185-191.
- President's Council on Bioethics. *Human Cloning and Human Dignity*. An Ethical Inquiry, Pre-Publication Version, Washington D.C., www.bioethics.gov.
- d Human*

- RADELIFFE-RICHARD, Janet. *Human Natur after Darwin. A Philosophical Introduction*. New York: Routledge, 2000.
- RAWLS, John. *A theory of justice*. Twenty-second printing. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University, 1997.
- REICH, Warren. The Word 'Bioethics': Its Birth and the Legacies of Those who Shaped its Meaning." *Kennedy Institut of Ethics Journal* 4, 1994, p. 319-336.
- RORTY, Richard. *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- ROSS, William D. *The Right and the Good*. Oxford: Clarendon Press, 1930.
- \_\_\_\_\_. *The Foundation of Ethics*. Oxford: Clarendon Press, 1939.
- ROTHMAN, David. *Strangers at the Bedside: a history of how law and bioethics transformed medical decision making*. New York: Basic Books, 1991.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SEGRE, Marco & SILVA, Franklin L. & SCHRAMM, Fermin R. O contexto histórico, semântico e filosófico do Princípio de Autonomia. *Revista de Bioética*, v. 6, n. 1. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998, p. 14-36.
- SILVA, Márcio B. *Bioética e a questão da justificação moral*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- SINGER, Peter. *Animal liberation*. New revised edition. New York: Avon Books, 1991.
- SIQUEIRA, José Eduardo de. Ética e tecnociência: uma abordagem segundo o princípio da responsabilidade de Hans Jonas. In: *Ética, ciência e responsabilidade*. São Paulo: Centro Universitário São Camilo/Loyola, 2005.
- SIQUEIRA, José Eduardo de. & PROTA, Leonardo & ZANCANARO, Lourenço (Org.). *Bioética. Estudos e Reflexões 2*. Londrina: Editora UEL, 2001.
- STARR, C. Social Benefit Versus Technological Risk – What is our Society willing to pay for Safety. *Science* 165, 2002, p. 1232-1238.
- TEIXEIRA, Lívio. *Ensaio sobre a moral de Descartes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- TELLES, José L. Bioética, Biotecnologias e Biossegurança: Desafios para o século XXI. In: VALLE, Sílvio & TELLES, José Luiz (Org.). *Bioética – Biorrisco: Abordagem transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, p. 172-201.
- VALLS, Álvaro. *Da ética à bioética*. Rio de Janeiro: Campus: 2004.
- VARELLA, Marcelo Dias (Org.). *Governo dos riscos*. Brasília: Editora Pallotti, 2005.
- VEATCH, Robert. *A Theory of Medical Ethics*. New York: Basic Books, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Medical Bioethics*. Boston: Jones and Barlett, 1997.
- VERNIÈRES, Solange. *Éthique et politique chez Aristote – physis, êthos, nomos*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- VIDOTTE BLANCO TARREGA, Maria Cr. & GOMES DE OLIVEIRA, Bruno. Responsabilidade corporativa, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. In: VIDOTTE BLANCO TARREGA, Maria Cr. (Org.). *Direito ambiental e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: RCS Editora, 2007, p. 342-426.
- WILDES, Kevin Wm. Moral Acquaintances. Methodology in Bioethics. Notre Dame, 2000.
- \_\_\_\_\_. The Priesthood or Bioethics and the Return of Casuistry. In: *Journal of Medicine and Philosophy* 18, p. 33-49, 1993.